



CARRANCA

ORGÃO INFORMATIVO DA COMISSÃO MINEIRA DE FOLCLORE – CMFL – Ano XI – Maio 2005.

EDITORIAL

Duas comadres juntaram a roupa suja e foram à fonte. Ali havia um amplo gramado, a água represada corria generosa e se derramava numa depressão orientada por uma bica de folha de piteira. Era manhã, o sol mal despontara.

Molhando e conversando, ensaboando a roupa com pão de sabão – um processo de produção caseira resultante de decoada, sebo e tutano, as lavadeiras adicionavam ainda folhas de mamoeiro para tornar as roupas mais brancas - e conversando.

Ensaboando e conversando, quarando e conversando, enxaguando e conversando, estendendo nos arbustos e conversando, o tempo passa recheado de atualização do dia a dia , do ontem e do amanhã.

Vem a tarde e o dia anuncia a noite. Preocupada a comadre mais conversadeira, dobrando as últimas peças e colocando-as na bacia, declara:

Comadre, comadre,

Mês de maio é mês de má ventura,

Inda bem não é dia, já é noite escura!

Esse é maio, um mês de dias curtos. Talvez, o apressado leitor acrescente: “e de noites longas”. Sim se as fogueiras do Divino iluminarem as povoações e as noites de lua cheia enganarem os desprevenidos entregando-os aos “donos da noite”. Fora isso, anoiteceu, o dia morreu. Conversa é de dia porque “as trevas determinam o desasseio, são adrede procuradas para crimes e emboscadas e encampam e ensombram a imoralidade”, conforma lembravam as elites do Serro em 1890.

Vencer as trevas foi o grande desafio das cidades e ainda neste ano de 2005, os governos anunciam programas de “Luz para todos”.

Mas o imaginário popular reserva-nos surpresas. O mês de noites mais longas e dias mais curtos, não é maio, é junho. Esse é também o mês das iluminações, das fogueiras, das luzes. Santo Antônio, São João e São Pedro anunciam e povoam o solstício de verão. Sim, do verão porque nossas estações são as do hemisfério norte.

Sem sol, nossas noites se iluminam com as perfumadas canelas da serra e os fogos sibililam e espocam nos céus.

Desse modo, defendemos que o mês do folclore por excelência no Brasil é junho. É nele que o saber popular se mostra exuberantemente fragmentado.

Mas o mês de maio abriga também uma data preferida pela família imperial - **13 de maio**. Emblematicamente o dia da Abolição. Haja tempo para lavar a roupa suja e prolongar a conversa.

Veja nesta Edição:

❖ **Agenda - 2**

❖ **Correio - 3**

❖ **Artigos e contribuições - 4 - 5**

❖ **Resenhas - 6 - 7**

AGENDA

ACONTECIDOS

➤ Reduzino Apolinário

Os dançantes de Pinhões - Santa Luzia do Rio das Velhas - se dividem em duas alas que representam dois momentos da história local. Reduzino era o fiel condutor da ala da segunda voz.

Em 28 de janeiro, aos 84 anos, ele se despediu . Em pouco mais de um ano, a comunidade perdeu os mestres de uma e outra ala.



É para essas almas benditas que o congo real dança todos os anos na porta do cemitério local: Queira Deus, Queira Deus/Queira Deus p'ra todo mar./Queira Deus, Queira Deus/ Qu'eu me vou p'ra embarcar (...)
Qu'eu outro ano vou voltar!.



Em tempo:

A Assembléia Geral, reunida em fevereiro de 2005, deliberou chamar a atenção para essa correção do artigo "Chico Rei em Ouro Preto" publicado em Carranca Dez / p.06.

Onde se lê "Nalanga", leia-se "Galanga".

Onde se lê: "Undanda Berê Berê", leia-se "Undanba Berê Berê".

➤ Lúcia Machado de Almeida.

Membro fundadora da Comissão Mineira de Folclore faleceu em São Paulo, onde passou a residir . Lúcia deixou uma produção intelectual importante especialmente de literatura universal adaptada para crianças. Era casada com Antônio Joaquim de Almeida, também membro fundador da Comissão Mineira de Folclore o qual a antecedeu nessa viagem definitiva para o Além.

➤ Nova Diretora do Centro de Tradições Mineiras

Jacyara de Araújo Cândido é a nova presidente do Centro de Tradições Mineiras. Jacyara exibe um currículo adequado para levar à frente a proposta de articular do ponto de vista do Estado as agências e empreendimentos ligados à cultura popular. Tendo demonstrado boa vontade e excelente capacidade de coordenar e implementar projetos.



➤ Nova Diretoria da Federação dos Congados de Nossa Senhora do Rosário

Eustáquio de Lima Alves transmitiu a presidência da Federação dos Congados de Minas Gerais ao capitão Manuel dos Reis terno da Pampulha. Manuel se propõe a mudar o nome da Federação dos congados para Centro de Tradições do Rosário de Minas Gerais



➤ Governo federal dispõe R\$ 2 milhões para cultura popular

É o que foi anunciado ao término - 2 de março = do Primeiro Seminário Nacional de Políticas Públicas realizado em Brasília.



CORRESPONDÊNCIA

➤ De Maria do Carmo Tafuri Paniago

Viçosa, 11/01/2005

Prezada amiga e ex-aluna Katia.

Há tempos, desejo escrever-lhe para que possamos nos reencontrar nesses caminhos de vida. Fiquei feliz quando soube que você era e é presidente da nossa CMFL. Você é inteligente, criativa e pode levar nossa Associação ao sucesso. Embora um pouco afastada, gosto da Cultura Popular e do Folclore e tenho feito, ultimamente algumas incursões, sem maiores pretensões pela folkcomunicação e, como não podia deixar de ser pelos meandros da religiosidade popular.

Quero reestabelecer contatos com os companheiros folcloristas e, este ano, pretendo trabalhar um pouco mais na área, que ficou um tanto esquecida enquanto eu me esfalfava para concluir meu terceiro romance: *À roda do tempo - Anacleto nas trilhas do destino*, lançado, com sucesso aí em BH, em julho de 2004 e aqui, em Viçosa, em setembro. Mandei-lhes alguns exemplares, mas não tive notícias a não ser do Domingos Diniz, do Tião, da Jupira, do Mestre Saul e de ter contado com a honrosa presença do companheiro Luiz Fernando Trópia, no lançamento aí em BH. O livro foi premiado com medalha de prata pela Academia de Estudos e Pesquisas Literárias do Rio de Janeiro e com *Menzione d'onore*, na Itália, Castiglioni di Sicilia. Fiquei muito feliz. Um grande abraço, desejando-lhe e a todos os companheiros da CMFL, um belo 2005, cheio de paz, trabalho, sucesso, saúde e felicidade.

Um abraço especial para Agripina, também ex-aluna do Curso de Folclore, da Newton Paiva e lembranças às outras amigas do nosso curso.

Maria do Carmo

➤ De Affonso Reis - Comissão Fluminense de Folclore

C07/ 04/2005

Prezados Colegas,

Uma vez mais agradeço a gentileza pelo envio dos exemplares do "CARRANCA".

Aproveito, para felicitar à CMFL, pelo retorno auspicioso desse informativo, dando continuidade à sua marcante trajetória no seio de nossa cultura popular.

Fraternalmente

Affonso Reis.

➤ De Domingos Diniz

Prezada Presidente Kátia Cupertino

Exultemos! Palmas e mais palmas.

O CARRANCA está circulando com toda força. Voltou a seu formato editorial que lhe dera o Presidente Tião Rocha, criador desse informativo.

O CARRANCA é sem dúvida o veículo de comunicação da família de folcloristas não só da CMFL, mas do Brasil.

Folcloricamente,

Domingos Diniz / membro efetivo

➤ De Diretoria da Comissão Espírito Santense de Folclore

Caros amigos e membros das Comissões Estaduais de Folclore,

O Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, convocado pelo MINC, em Brasília de 23 a 26 de fevereiro, por meio da Secretaria de Diversidade e Identidade Cultural, marcou um novo momento na compreensão do papel do Governo na área.

Momento que abre, a partir de nosso legado histórico e presença nacional, novas possibilidades de ação para as comissões regionais e a Comissão Nacional de Folclore.

O Documento Base do Seminário, feito a partir das propostas surgidas nas quinze oficinas preparatórias nos estados, refletem os termos, temas, discussões e políticas, surgidos nos encontros empreendidos pelos folcloristas brasileiros.

Temas como a defesa do portador, a questão autoral, a necessidade da proteção em lei, a espetacularização do folclore, folclore na universidade, folclore como disciplina escolar, já são debatidos em nossos Congressos, Seminários

de Ações Integradas e Encontros, nos dando o crédito histórico de formuladores intelectuais destas políticas.

Por isso, no Seminário, as Comissões presentes e a Comissão Nacional, optaram por apresentar um texto oficial ao evento, em que realçamos nossa precedência histórica e apoiamos a realização do Seminário, ele mesmo uma reivindicação histórica dos folcloristas, que é a discussão pública e democrática da política para o folclore brasileiro.

É preciso lembrar que nos últimos anos o Governo Federal nunca convocou um debate aberto sobre a política na área, a cargo do Centro Nacional de Cultura Popular, responsável pelo Museu do Folclore Edson Carneiro. No governo FHC a decisão da política de patrimônio imaterial, junto com o IPHAN, foi de gabinete. Portanto, a convocação do Seminário pela Secretaria de Diversidade e Identidade Cultural, assinala uma nova realidade política, que nos favorece, quando contempla a participação democrática.

a delegação, como o caso do Maranhão e Ceará e em outras, em número expressivo, como o Rio e Minas. Na maioria com valorosos quadros como Paraíba, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Santa Catarina, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A participação destas pessoas, de maneira integrada e harmônica em seus objetivos históricos, influenciaram o documento final, que reflete avanços significativos para a política na área.

Propostas como a de criar fundos de incentivos públicos para produção e manutenção das culturas populares, garantindo a sua sobrevivência e manutenção; de mapear, registrar e documentar as manifestações das culturas populares; de estabelecer instâncias de diálogo entre o Estado e a sociedade civil para a formulação e deliberação de políticas culturais; de criar mecanismos que favoreçam a inclusão das culturas populares nos processos educativos formais e informais e de marcos legais de proteção aos conhecimentos tradicionais e aos direitos coletivos, abrem um amplo leque de ação para as comissões estaduais.

Na proposição de projetos, na realização de pesquisas, na prestação de consultorias, na implementação de cursos, que viabilizam uma pauta de ações e garantem os recursos necessários as comissões, para sua existência e conseqüente cumprimento de seus estatutos, de entidade de terceiro setor, privada de interesse público, voltadas aos estudos, pesquisas, cursos, ações de valorização, políticas de preservação e apoio aos poderes públicos nas suas políticas, para o folclore brasileiro.

Vivemos um momento que é uma oportunidade histórica para assumirmos um nova atitude protagonista, uma ação afirmativa e positiva, contribuindo e influenciando estas políticas, estes fundos de financiamento e seus critérios, as ações legislativas, as formas de ensino e pesquisa e etc.

Principalmente com vistas a realização da Conferência Nacional de Cultura Popular a ocorrer em 2006, onde se irá tirar um compromisso com força de lei, com as diretrizes para o setor.

Devemos atuar em nossos estados, como lideranças na realização das conferências municipais e estaduais preparatórias. Influenciando a pauta dos temas e a composição das delegações da Conferência Nacional.

Nossa história e compromisso com a cultura brasileira nos impõe nossa participação. Não podemos nos omitir.

Diretoria da Comissão Espírito-santense de Folclore.



ARTIGOS

➤ Antonio de Paiva Moura

A roda do tempo de Maria do Carmo Paniago

O lado literário de Maria do Carmo Tafuri Paniago, professora da UFV e sócia efetiva da Comissão Mineira de Folclore não se desenvolveu aleatoriamente. Há um dito erudito que diz: “O homem é o produto do meio”. Se no anglo pitagórico a ordem dos fatores não altera o produto, no anglo social pode não ser verdadeiro. Contudo, podemos dizer que o meio é produto do homem.

No primeiro dito, identificamos que Maria do Carmo, (produto do meio) é nascida de ascendência italiana com forte pendor para as artes. No reverso da medalha ela é educadora e procura atuar em seu meio de modo a transformá-lo, buscando a qualidade e o humanismo no aperfeiçoamento das relações. São esses os ingredientes da trama dramática de seu último livro: *A rota do tempo: Anacleto nas trilhas do destino*, em que ela conta a história de um mineiro (Anacleto) que se casa com uma italiana (Giovana Trassi).

O palco e cenário dos acontecimentos são a Zona da Mata Mineira. Os personagens são criaturas nascidas e vividas na primeira metade do século XX. Tudo se repete de avô para neto: os ritos de passagem. A cultura tradicional é avessa a qualquer tipo de mudança. Tudo é muito repetitivo. Atrás disso vinha o conservantismo social e político. É o conformismo que faz os indivíduos subalternos seguirem seus líderes regionais de olhos fechados.

Esse conteúdo de ordem social e antropológico do livro *A roda do tempo*, de forma alguma, não anula o conteúdo estético que a autora deu ao livro. A história de Anacleto é bela, fictícia e real ao mesmo tempo.

A FESTA DO ESPÍRITO SANTO EM SANTA CATARINA **Notícia de uma tradição**

Lélia Pereira da Silva Nunes

Importante página da história do povoamento do Sul do Brasil foi escrita pela gente simples, sofrida e corajosa do Arquipélago dos Açores – “os açorianos” que a 21 de outubro de 1747 deixaram o porto de Angra, na Ilha Terceira, atravessaram o Atlântico e trouxeram às terras de Santa Catarina conhecimento, técnicas, usos e costumes, valores, sonhos e esperança.. Eram oriundos de todas as Ilhas. No entanto, o maior número de alistamentos foram de casais provenientes da Ilha de São Jorge, seguida pelas Ilhas da Graciosa, Pico, Terceira, Faial, e pela de São Miguel.

Ao final da grande diáspora (1748 – 1756) marcada por sofrimentos, descasos e promessas não cumpridas, um contingente humano significativo, cerca de seis mil, estava fixado em oito pontos do litoral catarinense: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio, Nossas Senhora do Desterro (hoje, Florianópolis) – na Ilha de Santa Catarina, e nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, São José da Terra Firme, São Miguel da Terra Firme, Sant’Ana e Vila Nova e Santo Antônio dos Anjos da Laguna – no continente

Os açorianos entrelaçaram fios na grande renda da vida e com outros povos teceram a história de Santa Catarina, contribuindo para a formação da sociedade catarinense e de um povo forte, trabalhador, empreendedor e tolerante.

Uma história social ímpar cujo legado venceu o tempo, perpassou gerações e hoje retrata a alma, o sentir, o fazer, o imaginário, o jeito de ser e estar de nossa gente. Duzentos e cinquenta e seis anos depois, pode-se afirmar que um relevante patrimônio cultural expresso e retratado por traços sobreviventes de uma longínqua matriz açoriana está presente em todo o litoral de Santa Catarina, sendo que a maior referência é o culto em Louvor ao Espírito Santo. Identificada como a Festa Tradicional Religiosa de maior expressão em, aproximadamente, cinquenta municípios da orla catarinense e na capital Florianópolis, na Ilha Santa Catarina. Sua manifestação apresenta peculiaridades reveladas na diversidade de celebrar o Espírito Santo em cada localidade onde se realiza o festejo. No entanto, são iguais na sua essência, no seu aspecto nuclear, na mensagem emblemática, na simbologia e na sua finalidade.

A bandeira, a coroa, o cetro, a salva, o imperador, a imperatriz, a corte, a coroação, a procissão do séquito imperial, as novenas, as missas, os mordomos, os festeiros, as promessas, as massas sovadas, os pãezinhos do Espírito Santo, as cantorias, os foliões, os fogos de artifício e os folguedos integram a



simbologia e a representação externa da celebração do culto ao Divino, revelando práticas coletivas de conteúdo simbólico e subjetivo, num ritual longo e pomposo, misto de religioso, profano e folclórico. Vinculadas ao calendário litúrgico da Igreja Católica, as Festas do Espírito Santo apresentam uma certa autonomia na sua organização e realização nas localidades onde existem as Irmandades do Espírito Santo. No entanto, onde não se registra a presença das referidas Irmandades, a ação da Igreja é sentida fortemente no controle e na interferência direta dos párocos e padres na organização, no ritual e na programação dos festejos.

A festa com seus símbolos e rituais apresenta partes bem definidas e articuladas entre si, a saber: conjunto de cerimônias religiosas, ritos sacro-profanos, folguedos populares e o périplo da bandeira do Divino no período que antecede a festa, bem como sua presença emblemática em todas as cerimônias como uma referência simbólica para o povo que a reverencia com fé e devoção.

É a Bandeira juntamente com a Coroa de prata lavrada, insígnia principal de um conjunto formado por Cetro de prata (encimado por uma pomba) e Salva, também de prata, onde ficam depositados a Coroa e o Cetro que compreendem os símbolos centrais da festa e em torno dos quais gravitam todos os rituais de louvor ao Divino. A mística da festa é o Espírito Santo, o Divino Paráclito, representado por uma pombinha branca tanto na visão litúrgica católica e cristã quanto na interpretação popular e presente em todas as referências e alfaias da festividade.

O Casal Imperador (Mordomos ou Festeiros) e a Corte Imperial constituem os atores principais das cerimônias e festejos em louvor ao Espírito Santo. A Corte Imperial, formada por Imperador, Imperatriz (crianças ou adolescentes) e um conjunto de seis a oito pares de crianças que desempenham o papel de damas e pajens, todos ricamente vestidos em trajes de época, reproduzem a tradição secular em que a Rainha Isabel de Aragão, mulher do Rei Dom Dinis de Portugal, instituiu o culto do Espírito Santo. Sua celebração ritualística tradicional concentra-se fundamentalmente, na Sexta-feira, no Sábado e no Domingo.

Na sexta-feira ao anoitecer, o pároco, provedor da Irmandade e irmãos, autoridades e convidados, acompanhados de uma Banda Musical, vão buscar o Casal Imperador e a Corte Imperial para participarem do ato litúrgico da Missa. O trajeto é percorrido lentamente, sob os acordes da Banda Musical e os aplausos da população. À frente as porta-bandeiras vão abrindo caminho, sendo inúmeras vezes interrompidas por fiéis que beijam a

bandeira e suas inúmeras fita multicoloridas. Ao chegar na Igreja, o Casal Imperador deposita a Coroa e o Cetro no altar, numa oferenda ao Espírito Santo, recebendo-a de volta ao término da missa. Após, a celebração litúrgica, o Casal Imperador e a Corte Imperial são conduzidos em procissão para o “Império” ou local ornamentado que representa os antigos Impérios – construções de planta quadrangular, de uma só peça e de pequena dimensão, tendo por aberturas uma porta fronteira e janelas nas laterais e frontal triangular encimado por um dos símbolos do Espírito Santo- a pomba ou a coroa – e o registro da data de sua elevação. Singelas e bonitas construções, os Impérios ficavam junto à Igreja e eram abertos durante a celebração de Pentecostes e da Trindade. Aos poucos foram desaparecendo e hoje algumas localidades como Ribeirão da Ilha, Campeche, Trindade e Lagoa da Conceição, na Ilha de Santa Catarina e nas cidades de São José, Jaguaruna e Mirim ainda conservam os Impérios dentro da sua finalidade. Testemunhos de uma herança que, por via da diáspora, chegaram aqui. Sobreviventes de uma manifestação, alimentada e enriquecida a cada ano pelo povo que a promove com devoção e louvor.

Junto às cerimônias religiosas acontecem os folguedos populares, com cantorias e folias do Divino, apresentações folclóricas, tocatas, quermesses, shows musicais, bailes e queima de fogos de artifício.

O ritual de sexta-feira repete-se no sábado à noite, domingo pela manhã e à tarde, quando é proclamado o Casal Imperador que presidirá as festividades do ano seguinte, encerrando o Ciclo do Divino, de muitos meses de planejamento e organização. No entanto, é o domingo de Pentecostes (na maioria das comunidades) o ponto culminante de toda a Festa, quando acontece a missa solene de coroação. Um dos momentos mais sublimes, onde a emoção perpassa envolvendo a todos num clima de profunda religiosidade, fé ao Divino Paráclito e de fraternidade cristã. Durante toda a celebração, com entoação de hinos em louvor ao Espírito Santo, Te-Deum, homilia ao Evangelho e a solene coroação do Imperador (menino ou adolescente), sente-se à intensidade da crença e a força da cultura ancestral que se mantém viva na memória de nossa gente.

No cenário da tocante cerimônia da coroação do Imperador, por um breve instante, desaparecem as marcas do tempo, as distantes geografias, ficam o cá e o lá transformados em “nossa”- nossas Ilhas e nossa história comum. Separados no tempo e no espaço, juntos no coração e no louvor ao Divino Espírito Santo.

Florianópolis – Ilha de Santa Catarina Agosto - 2004



Resenhas

Abolição, herança étnica e racial

Carranca promete para este e os dois próximos números um conjunto de resenhas relacionadas 1) à questão dos negros tendo em vista ser o mês de maio, o da comemoração da Abolição e da Liberdade; 2) A produção dos folcloristas, enfatizando o mês de agosto como o momento por excelência dos estudos do Folclore; e 3) o exame da obra de Luís da Câmara Cascudo, convocando à preparação do XII Congresso Brasileiro de Folclore a ser realizado em Natal no ano de 2006.

Nesta edição serão apresentadas algumas obras recentes sobre a questão “racial” no Brasil, cujo estudo se mostra de alta relevância para um aprofundamento maior do Folclore. Com efeito, os folcloristas vêm se confrontando com os desafios de admirar as manifestações populares ligadas à tradição da escravidão ou da imigração forçada de diferentes nações africanas para favorecer a ocupação e dominação dos territórios das “Conquistas” do continente Americano, sem explicitar com clareza sua posição quanto ao debate sobre racismo, consciência negra e preconceito.

O mês de maio – mês de má ventura – é uma boa oportunidade para ir à fonte, lavar as roupas e conversar, mesmo que o dia seja curto e a conversa tenha que se estender por muito mais tempo.

Aqui são destacadas algumas obras que se inserem na conversa e provocam nossa participação.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: USP, 2004.

O'DWYER, Eliane Cantarindo (org) *Quilombos, identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro, construindo identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 –1850)*. Campinas: Unicamp, 2004.

ROSA, Miriam Virgínia Ramos. *Espinho, a desconstrução da racialização negra da escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2004.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.) *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira, uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FRY, Peter. *A persistência da raça, ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Pelo que se vê, mal haverá espaço para referências muito rápidas sobre cada uma das obras. Por isso, a resenha será feita para o conjunto, convergindo da primeira para as duas últimas da relação. O sentido dessa reunião tem a ver com o cuidado de compreender o que tem a ver a questão da “raça” como um conceito para a formação do “povo” brasileiro.

O *Dicionário* de Clóvis Moura é tomado como ponto de partida porque, como quer nosso colega Frei Xico, um dicionário técnico deve ser antes de tudo um programa de estudos por tema para seus usuários. Ao reservar uma década e meia de sua vida para elaborar o *Dicionário da Religiosidade Popular* Frei Xico se propôs a organizar os verbetes de tal maneira que favorecessem estudos em profundidade por tema para os seus leitores. No caso da obra de Clóvis Moura, a intenção não é expressamente anunciada, cabendo ao leitor descobri-la. Isso se faz com alguns testes, procurando termos aparentemente vinculados ao possível objetivo da obra. Após o verbete Candoblé, o leitor buscou Candombe, Congo,

Bantos. Nagô comparece, mas não as nações declaradas pelos proprietários de escravos. Pelo exame dos verbetes, o autor privilegia as “rebeliões escravas” e seus resultados, os quilombos.

A questão dos quilombos tem merecido a atenção dos antropólogos e a obra *Quilombos, identidade étnica e territorialidade*, publicada com o patrocínio e o selo da Associação Brasileira de Antropologia, pode-se dizer contém a doutrina quase oficial da ABA, ou , pelo menos de sua diretoria na gestão 98-2000. Os antropólogos entram em cena a partir da necessidade de usar o seu saber técnico para atender aos Dispositivos Constitucionais Transitório da Constituição de 1988, que preceitua direitos territoriais aos remanescentes de quilombos. Daí a convocação dos antropólogos para dar seu veredito sobre “identidade étnica”, comunidade, tendo que se confrontar com questões de “laços tribais”, “reservas”, e desafios semelhantes. O problema de quilombos, abordagem histórica e direitos de cidadania passam a desafiar essa área de conhecimento técnico abrindo-a para o debate interdisciplinar.

A interpretação da arte em *O negro no museu brasileiro, construindo identidades* é uma outra alternativa de percurso com emprego do olhar antropológico. Identidade, mais uma vez, se torna conceito chave. Nessa obra o autor privilegia os museus do Nordeste, Norte com exceção do Museu de Belas Artes e o Nacional do Rio de Janeiro e uma pequena alusão a Porto Alegre.

Com *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 –1850)* caminha-se para obras de historiadores. A capoeira está na moda. O programa do “Aluno Tempo Integral” da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, praticamente institucionalizou oficinas de capoeirismo nas escolas estaduais inseridas no projeto. Trata-se da capoeira como espetáculo. Conhecer um pouco essa forma de participação das pessoas de pele escura na vida urbana é um convite importante para se compreender os processos de estranhamento. A elevação da capoeira de arte de defesa e ataque para espetáculo de educação física pode abrir alguma senda para a compreensão do Direito à cidade, bem diferente do puro e abstrato “direito de cidadania”. Em Minas, conheceu-se os “porreteiros”, talvez incorporados nos ternos dos vilões das irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Se esta hipótese tiver consistência, tempos que o trajeto de participação dessa arte de defesa numa encenação religiosa oferecerá caminhos de pesquisa bem diferentes das que cultivam a capoeira a partir do espaço urbano da Corte.

Espinho é uma pequena povoação situada no município de Gouveia – Minas Gerais. Essa localidade foi estudada por Virgínia Ramos Rosa e nela a autora se deparou com a dificuldade de aplicação da categoria antropológica de “identidade negra”. Em primeiro lugar, os moradores, todos de pele escura, “de cor, vermelhos, morenos”, morando no mesmo local há tempos de perder de vista, negam a memória da escravidão. Exatamente por isso, os moradores não querem se reconhecer como quilombolas, qualquer que seja a categoria antropológica que lhes assegure esse privilégio. Essas constatações da autora se revestem da maior importância para se promover um amplo debate sobre os “Estatutos” que vêm codificando “diretos” na esteira da Constituição de 1988. Primeiro o da Criança e do Adolescente, em seguida o dos Idosos, por último o das “Pessoas com Deficiência”, bem como as decorrentes Lei de Quotas. Deduzir políticas públicas de princípios abstratos tem sido o grande desafio para criar privilégios mais do que favorecer os desfavorecidos. O que os moradores de Espinho



denunciam é seu desprezo pela burocracia embutida nas leis para os desfavorecidos.

Brasil afro-brasileiro é obra que resulta do trabalho do Grupo de Estudos Afro-brasileiros vinculado à Faculdade de Letras da UFMG. A obra reúne estudos importantes exatamente por se inserir num universo diferente de antropólogos e sociólogos. O grupo soube convocá-los como interlocutores sem lhe conferir o privilégio doutrinário. O livro começa com um estudo de alta relevância da historiadora Lília Shwarcz, como que dando o tom da direção das conversas sobre raças no Brasil e prossegue com um artigo de nosso colega Edimilson de Almeida Pereira. “Raça como negociação” é o título do trabalho de Lília e nele a autora nos ajuda a entender a forma de participação e convocação das especialidades para intervirem e darem veredito técnico em situações que geram políticas públicas ou conferem valor ao saber técnico popular em seu cotidiano. O contraste entre a doutrina pura e a pragmática é exemplar: escola de Direito de Recife e de São Paulo, Escola de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico e museus etnográficos. A autora mostra como são produzidas ideologias e de que modo elas são incorporados nos discursos técnicos moldam o cotidiano. Eugenia e raça como conceitos negociados é uma das lições que ficam.

Racismo à brasileira, uma nova perspectiva sociológica, como o título indica é obra de sociólogo. A formação e procedência do autor são da maior importância, como o são de todos os autores. Nas assim chamadas ciências humanas, nenhum autor tem lugar privilegiado, ou melhor dizendo suas falas privilegiadas apontam para um lugar conquistado. Resulta disso que nenhum discurso é definitivo a não ser em nome de algum poder. Telles nasceu em Los Angeles, graduou-se em Antropologia e é doutor em Sociologia e Demografia pela universidade do Texas. Tem também um longo percurso pelo Brasil. O ponto alto dessa obra é a revisão da bibliografia tanto de brasileiros quanto de americanos e outros estrangeiros – Bourdieu por exemplo – sobre a questão “racial” no Brasil. Como sociólogo e demógrafo, Teles faz uso adequado das estatísticas para analisar diferenças e nuances permitindo avaliar o que interessa às políticas públicas – mudança no quadro das médias e desvios. Entretanto a riqueza de seu trabalho está no esforço constante de compreender nossa realidade e expô-la a contrastes, com outras, especialmente a dos Estados Unidos. A discussão sobre a “democracia racial” nos traz para conversas que ocupariam muitos meses de maio. Após lembrar a consistência, eu diria a resistência, da idéia de raça, determinando o cotidiano e as lutas políticas, o autor reserva uma seção para dizer do “Movimento Negro e o Fim da Democracia Racial”. Diz de três vitórias do movimento e de uma quarta possível: a primeira foi lançar no descrédito a “ideologia da democracia racial”, a segunda mudar “o pensamento das elites sobre quem é negro e quem é branco”; a terceira foi de “engajar o governo brasileiro na discussão de políticas públicas sobre o racismo”. A quarta, o autor diz estar a caminho em 2003: “Criação de políticas públicas para atacar, de modo real, a discriminação e a desigualdade racial.” Finalmente esta afirmação inserida na última seção “Raça e Política internacional” deve ficar para mais alguns anos de conversa enquanto se lava a roupa: “O Brasil precisa agora, dedicar esforços especiais para manter a reputação de tolerância racial. O prestígio internacional do Brasil de ser um país de tolerância

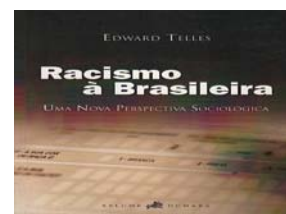
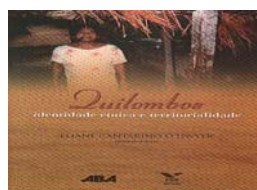
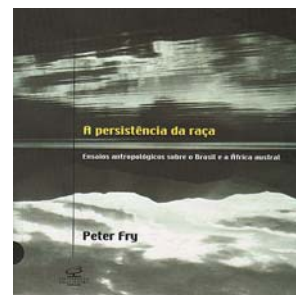
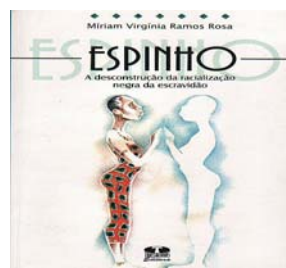
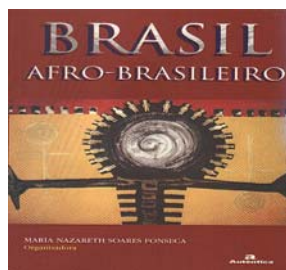
racial alcançou seu ponto de saturação nos anos 90, quando os Estados Unidos e a África do sul terminaram com seus vergonhosos sistemas racistas e adotaram ideologias anti-racistas. Como resultado disso e do desmascaramento da democracia racial brasileira, a reputação do país perdeu o poder nos círculos internacionais”.

É essa afirmação-desafio que nos obriga a apresentar por último a obra de um antropólogo britânico, presente no Brasil desde 1970, com percurso pela África de contrastes e apartheid, antes de chegar aqui e com vínculos com essa mesma África nos anos 90.

A lição principal que fica da leitura de *A persistência da Raça* é que Raça é um dos melhores mitos construídos pela modernidade para justificar o colonialismo do século XIX. Entenda-se por mito, como quer o autor, não algo que falseia a realidade, mas que opera a realidade, que lhe dá consistência que cria verdades. Raça é um mito arcaico nessa modernidade. É arcaico e resiste como arcaico. A bandeira do autor pode ser resumida em meu entendimento da seguinte forma: lutar contra o racismo é denunciar o mito da raça. Hoje, desde, o fracasso do nazismo, a raça não se justifica mais como categoria justificada pela ciência, mas exatamente aí reside a sua força, enquanto mito ela não necessita da ciência. Interessante que Telles cita pelo menos um dos artigos de Fry em sua obra, o mesmo não acontecendo com esse autor. Entretanto, Fry necessariamente complementa o estudo de Telles. Um ponto importante da obra é poder acompanhar o autor se revendo continuamente, deparando-se com seus equívocos e expondo-os sem reboços para o leitor. Tendo que se confrontar com realidades diferentes, a da Gran Bretanha, de um lado, da Rodésia, de Moçambique, da África do Sul e do Brasil, realidades vividas intensamente, Fry tem que se rever. Essa constatação resultado da revisão de si mesmo é emblemática e diz respeito exatamente ao artigo consultado por Telles: “Logo, como Gilberto Freyre e outros, fui obrigado a reconhecer que a “democracia racial” é um importante valor que, certamente não impede o racismo, mas que o define como anátema”. Ora, para mim, o racismo terá seu fim quando puder ser objeto de museu.

Essas são as obras escolhidas para nos entreter enquanto lavamos a roupa nos curtos dias de maio. Para encerrar fixo um conceito do objeto da Antropologia social que me parece do mais felizes e fundador de um bom mito: A Antropologia social “ se ocupa ao mesmo tempo da unidade da humanidade e da diversidade da linguagem, do significado e da identidade, as quais de modo nenhum têm sucumbido aos avanços da globalização”.

José Moreira de Souza



- Os estudiosos interessados em contribuir com artigos para a edição de n° 25 da Revista Comissão Mineira de Folclore, podem enviá-los até o dia 30 dezembro de 2005.

A nova edição será lançada no mês de fevereiro de 2006, na Assembléia Geral comemorativa do aniversário da Comissão Mineira de Folclore.

Serão selecionados os artigos que obedecerem aos seguintes critérios:

O artigo deve ser inédito, ter título, nome do autor, dados de currículo em até três linhas, resumo de até 10 linhas e palavras chave.

O texto propriamente dito deve ter introdução apresentando o plano de redação, títulos para as seções e bibliografia, devidamente revisados pelos autores.

Mapas, figuras e gráficos devem compor arquivo à parte.

Dimensão: de 15 a 30 páginas, tamanho A4, corpo 12, tipo Times New Roman, entrelinha 1,5, justificado, em Word.

Apenas será publicado um artigo de cada autor. A revisão dos editores será apenas quanto à formatação.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Carranca aceita artigos, notas, comentários, informes em geral de interesse dos estudiosos de Folclore e da Cultura Popular, desde que encaminhados em meio digital.

Formato em Word, fonte arial ou times new roman, corpo 12, espaço 1,5. Identificação do autor.

As fotos devem ser encaminhadas já escaneadas em formato jpg.

Artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.



CARRANCA

Órgão Informativo da Comissão Mineira de Folclore – CMFL
Ano 11– Maio de 2005.

Diretor Responsável – Kátia Cupertino

Fotos: José Moreira de Souza

Editoração Gráfica: José Moreira de Souza

Impressão: Imprensa Oficial do Estado de MG

Diretoria da CMFL

Presidente de Honra: Saul Alves Martins

Presidente: Kátia Cupertino

Vice-presidente: José Moreira de Souza

Secretária: Danielle Gomes de Freitas

Tesoureiro: Maria Agripina Neves

Conselho Consultivo da CMFL

Antônio Henrique Weitzel

Edméia da Conceição Faria de Oliveira

Luiz Fernando Vieira Trópia

Endereço para Correspondência

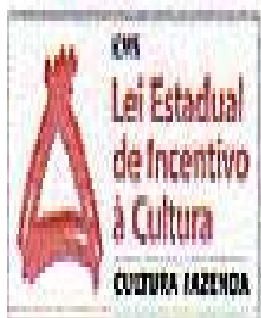
Av. Assis Chateaubriand, 809 - Centro

Comissão Mineira de Folclore / CTM

Anexo à Serraria Souza Pinto.

CEP – 30150-101 Belo Horizonte - MG

E-mail: oficinafolclore@superig.com.br



USIMINAS
SEMPRE PRESENTE E ATUANTE.

